



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica *Direito Financeiro e Fiscal*

Unidade curricular

TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Professor Doutor Gustavo Lopes Courinha – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecimento proficiente da tributação direta das sociedades, permitindo aos alunos abordar, sob uma perspetiva dogmática e prática, os diferentes problemas da incidência fiscal na atividade tributária. Pretende-se, igualmente, que os alunos conheçam as alterações estruturais introduzidas pela Reforma do IRC de 2014, bem como as perspetivas de evolução do Código do IRC.

Conteúdos programáticos

A. A TRIBUTAÇÃO SOBRE O RENDIMENTO: ENQUADRAMENTO E PRINCÍPIOS

1. Princípios fundamentais de estruturação do sistema fiscal
 - a) O conceito empresa para efeitos de tributação em sede de impostos sobre o rendimento
 - b) O conceito rendimento para efeitos de tributação das empresas em sede de impostos sobre o rendimento - A tributação das empresas em IRS e em IRC
 - c) Enquadramento Constitucional (artigo 104.º/n.º 2 CRP) - corolários:
 - i) métodos indiretos
 - ii) dedutibilidade de custos
 - iii) proibição de presunções inilidíveis
 - iv) reporte prejuízos e comunicabilidade de perdas
 - v) outros corolários
2. As empresas não residentes - regime
 - a) Base tributável e âmbito subjetivo-espacial
 - b) Taxas e método de arrecadação do imposto
 - c) Regimes especiais
3. O IRC e a tributação societária
 - a) Aproximações à noção de matéria tributável das empresas para efeitos do imposto sobre o rendimento
 - b) O resultado líquido do período, lucro tributável e matéria coletável
 - c) Período de tributação e periodização do lucro tributável

B. A DETERMINAÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL – O REGIME GERAL E OS SEUS SUB-REGIMES

1. Existências e Ativos Fixos
 - a) Conceitos
 - b) Regime
2. As amortizações
 - a) Regime do Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro



- b) Os ativos e o período vida útil
- c) As quotas e termos da amortização/depreciação
- d) A relevância fiscal

3. Imparidades e provisões

- a) Conceitos de SNC - evolução
- b) As operações fundamentais
- c) A relevância fiscal - as restrições

4. Os gastos fiscalmente dedutíveis

- a) Requisitos
- b) Jurisprudência - evolução histórica
- c) A Reforma do IRC 2014

5. O reporte de prejuízos fiscais

- a) Suporte constitucional
- b) Regime pré-Reforma 2014
- c) A Reforma do IRC 2014

C. REGIMES ESPECIAIS

1. A Reforma do IRC 2014 - estrutura geral

2. Os preços de transferência

- a) Justificação e pressupostos
- b) A regulação infra-legal: Portaria 1446-C/2001, de 21 de dezembro
- c) Os métodos

3. Dupla tributação económica dos rendimentos empresariais e eliminação da dupla tributação

- a) O fenómeno da dupla tributação económica dos dividendos - do *avoir fiscal* à *deelnemingsvrijstelling*
- b) A *Participation Exemption* na Reforma do IRC 2014
 - i) O regime dos artigos 51.º e ss. - dividendos e mais-valias de ações
 - ii) O regime do artigo 14.º e a não discriminação
- c) O regime do crédito

4. Reorganizações societárias

- a) A transformação societária - a simples alteração do tipo societário
- b) Fusões, Cisões, Entradas de Ativos e Permuta de Partes Sociais - a não neutralidade e a Reforma do IRC 2014
- c) O regime da Diretiva Fusões-Cisões enquanto padrão de neutralidade fiscal - operações neutrais
- d) Outras especialidades na reestruturação societária (e.g., regime IMT, Imposto de Selo e outros encargos, prejuízos fiscais, IRS)

5. Regimes fiscais de competitividade

- a) A isenção do Estabelecimento Estável Estrangeiro
- b) Regime especial de *royalties* - a *Patent Box*
- c) Outros

D. REGULAÇÃO DE SITUAÇÕES PATOLÓGICAS

1. O regime anti-abusivo no Código do IRC e os limites do planeamento fiscal

- a) Normas especiais anti-abuso e normas setoriais anti-abuso
- b) A Cláusula Geral Anti-Abuso (CGAA)
- c) A jurisprudência anti-abuso



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. A avaliação indireta da matéria coletável da empresa
 - a) O regime simplificado - a Reforma do IRC 2014
 - b) Os métodos indiretos subsidiários
 - i) Pressupostos
 - ii) Regime
3. A responsabilidade dos administradores por dívidas fiscais
 - a) Condições gerais
 - b) Condições especiais e regime

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos tratam, com profundidade, do regime em vigor, pretendendo habilitar os alunos à resolução de situações práticas na tributação das empresas.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas são de natureza predominantemente teórica, pretendendo transmitir os conhecimentos da matéria com a ilustração de casos práticos. Pretende-se, ainda, assegurar a formação de quadros mentais de raciocínio capazes de lidar com futuras alterações legislativas nesta área de estudo.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Pretende-se a preparação dos alunos para a vida prática: escritórios de advogados, consultoras, gabinetes de contabilidade, gabinetes de revisão de contas, tribunais e autoridade tributária.

Bibliografia principal

- AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, *Manual do IRC, AT*, Lisboa, 2016
- AA.VV., *O Novo IRC*, ALMEDINA/ERNST & YOUNG, COIMBRA, 2013
- HELENA MARTINS, "O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas", *Lições de Fiscalidade* (Org.: JOÃO CATARINO / VASCO GUIMARÃES), 2012
- MANUEL FREITAS PEREIRA, *Fiscalidade*, 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2012
- RUI DUARTE MORAIS, *Apontamentos ao IRC*, Reimpressão da 1.ª edição, Almedina, Coimbra, 2009
- JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES, *Manual de Direito Fiscal*, 3.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009
- JOÃO RODRIGUES, *SNC - Sistema de Normalização Contabilística – Explicado*, Porto Editora, Porto, 2011

O Relatório com o Anteprojeto de Reforma do IRC apresentado pela respetiva Comissão de Reforma - Relatório do Anteprojeto de Reforma do IRC, 2013, encontra-se disponível *online* em:

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-das-financas/documentos-oficiais/20130730-seaf-reforma-irc.aspx>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa